

ESPAÇO ABERTO

Uma pauta para a crise

CÉSAR MAIA



O governo perde progressivamente o controle da política econômica. Responde apenas passivamente às pressões fiscais, monetárias e cambiais, deixando de ter política para estes eixos básicos. Ganha tempo, impondo à sociedade a angústia acerca do momento de ruptura em que a força centrifuga do descontrole lançará a inflação para o espaço.

A crise fiscal atinge seu pior momento em nossa história econômica. Agregam-se vazamentos: devolução do imposto de renda de 86, impotência das alterações tributárias de dezembro de 88; (não atualização do IPI, arrecadação problematizada da contribuição social do imposto de renda-pessoa física-ganhos de capital e do pedágio nacional); anistia via imposto de renda do Banco do Brasil; não atualização do imposto de renda a pagar; aumento do custo da dívida pública; ampliação da evasão fiscal; desorganização da Receita Federal (o sistema de cobrança da dívida ativa não funciona, o IOF e a contribuição do açúcar e do álcool não são fiscalizados, o novo sistema de imposto de renda dificultará a fiscalização dos profissionais liberais); redução real dos preços públicos...

A crise monetário-financeira combina a ausência de disciplina monetária com a desorganização das finanças públicas. A dívida pública interna caminha para o encilhamento, sem que o governo ofereça alternativas de equacionamento. A dívida em poder do Banco Central tem importante reflexo monetário, na medida em que correspondeu, no passado, à compra de dívida externa e enxugamento de liquidez, exigindo no presente o vencimento dos juros, o correspondente enxugamento de liquidez.

Como isto não acontece, e como parte significativa do setor público não honra em cruzados sua dívida externa, o saldo comercial é quase todo expansão de moeda. A dívida pública vai se tornando inorgânica, impotente para estreitar liquidez e, em boa parte sendo finalmente financiada com moeda, garantida pelo Banco Central aos tomadores.

A evasão de divisas atinge recordes. Fala-se em quase um bilhão de dólares por mês. A sensação dos exportadores e de um câmbio supervalorizado, com o dólar, um ativo financeiro, não acompanhando a valorização dos demais ativos no oficial após o Plano Verão. Os salários e os preços públicos podem agravar a relação câmbio-custo das exportações.

Passivo, o governo perde o controle da economia

não tem precedente. Reduz-se o reinvestimento dos lucros. É melhor remeter pejo oficial e trazer de volta pelo paralelo. Para o mesmo volume de cruzados retorna-se um terço de dólares. A discussão acerca da dívida externa não progride, embora o novo clima criado.

É inevitável perguntar: o que fazer? A dificuldade básica é o próprio governo, com sua fragilidade. A lista dos que votaram pelos cinco anos na Constituinte deveria ser amplamente divulgada, como cobrança de responsabilidade estratégica.

Melhor seria elaborar um projeto como se o governo fosse sair amanhã. Depois seriam definidos os elementos que podem ser antecipados e os de transição.

A política fiscal viria no sentido de criar um superávit fiscal primário de uns 4% do PIB, orientado a zerar o déficit operacional, com antecipação de tributos, suspensão de incentivos e subsídios e administração de despesas. A dívida pública mobiliária trocaria o prazo e a renovação final por garantias líquidas para o vencimento dos juros e do principal.

A política monetária definiria por lei uma disciplina progressiva. Depois viria uma política preliminar de rendas, restringindo a um mínimo os preços controlados, inclusive direcionada a concentrar a política salarial no piso. Seria introduzida outra reforma monetária com emissão de moeda rigorosa e especialmente controlada por mecanismos legislativos restritivos na tramitação e no quórum.

A política cambial começaria por nivelar outros câmbios, como o da reressa de lucros, ao do turismo. A inevitável sobrevalorização cambial teria de vir junto com a inflação corretiva e a manutenção das regras anteriores para o estoque da dívida externa em cruzados. A renegociação da dívida externa apontaria para o descolamento dos juros, renegociados dos juros internacionais influenciáveis pela política monetária dos credores, e para um teto (15% das exportações, por exemplo). Securitização com juros fixos, ou contrato flutuante, com mecanismos de garantia. As condições conseguidas na renegociação não seriam repassadas da mesma maneira para os devedores internos.

Transformamos esta pauta em projetos de lei de extrema simplicidade. Definidos os objetivos possíveis, em lei, haveria condição de estabelecer junto com o governo decisões imediatas de transição. Não há força política ou social isolada capaz de enfrentar a crise atual. O tempo corre contra o Brasil.

César Maia foi secretário da Fazenda do Rio e é deputado pelo PDT.

O Banco

Central, numa operação digamos atípica, importa ouro pelo oficial e vende pelo paralelo, para segurar o dólar e tirar alguma liquidez. A remessa de lucros